

...et non erat qui frangeret eis!

O senhor Doutor Oliveira Salazar termina o prefácio ao volume terceiro dos seus «Discursos» com estas palavras: «Há por aí alguém que se disponha a tomar estes simples tópicos e parti-los aos bocadinhos e satisfazer a ânsia de espíritos generosos que para se darem só querem compreender? *Parneli petierunt panem...*»

A frase latina completa-se deste modo: *et non erat qui frangeret eis*, e foi pronunciada por Jeremias ao descrever profeticamente as horribéis desgraças que espreitavam o povo hebreu por causa da sua contumaz infidelidade ao seu Deus.

Traduzidas em português, aquelas palavras latinas significam: *as crianças pediram pão e não houve quem lho distribuisse*. Aplicadas ao caso português, querem simplesmente dizer: o povo quis compreender e não houve quem lho explicasse.

Por certo que o ilustre Chefe do Governo não escreveu aquelas palavras por mera literatura. E esta convicção mais evidente se toma, aproximando o texto do viril Profeta do tom do prefácio em referência.

Jeremias — talento genial e enérgico — chamou a Nação ao cumprimento do dever, anunciando-lhe o castigo da Providência, se teimasse por mais tempo no caminho do erro. O senhor Doutor Salazar, embora misturando-as de bem justificado optimismo, escreveu severas palavras contra erros e defeitos nacionais que, a não se corrigirem, podem levar a Nação ao tremendo castigo da mediocridade, na qual nenhum povo poderá subsistir.

Os que «deveriam constituir a chamada classe dirigente falham regra geral como condutores do povo e portadores do pensamento político». O povo, sem um escol dirigente, não tem nem pode ter aquela consciência política indispensável a uma boa, sã e tranqüila governação. Por isso, com a larga experiência dos seus pesadíssimos quinze anos de governo, o senhor Doutor Oliveira Salazar reconhece que «é muito mais simples definir as grandes directrizes da vida colectiva do que determinar os processos de conduzir a Nação a seu contacto.»

Existe portanto uma espécie de divórcio entre o povo e os seus dirigentes. Nem estes entendem como convinha o povo — que anda por isso mesmo em crise política endémica — nem o povo está em condições de educação que lhe permitam entender os dirigentes.

O mal já é muito velho. Mas donde provirá ele?

As palavras finais do prefácio são claríssima resposta: para que se dê só lhe falta compreender.

Estamos inteiramente de acôrdo.

O povo entende muita coisa sem que seja necessário explicar-lha. E ver a maneira como reage favoravelmente perante uma atitude de defesa do brio ou da honra nacionais, perante uma medida generosa, perante um acto de justiça quer individual quer social. Estas coisas são de tal maneira em unísono com os sentimentos mais profundos do seu próprio ser, que não é preciso para elle explicações.

Mas há outras coisas igualmente fundamentais à vida colectiva que, por não revestirem à primeira impressão a simplicidade daquelas formas de justiça, elle não compreende. Podem ser medidas ou directrizes de largo e profundo alcance nacional. Se não lhas explicarem, não entende e não se dá. O povo não cursou as Universidades, nem tem escolas de formação cívica nem política. Se não houver portanto quem tenha o cuidado de lhe ir repartindo o pão que deseja, o divórcio continuará.

Basta um exemplo para ilustrar a razão do pensamento do Autor do Prefácio.

No Estatuto do Trabalho Nacional, fixaram-se principios de justiça social tão perfeitos que o povo respondeu bastante bem ao chamamento. Organizar-se com fé Sindicatos Nacionais? pouco a pouco, as resistências do mal digerido espirito marxista foram diminuindo. Houve no entanto necessidade de orientar os sindicatos. Esta necessidade parece ter-se tornado tão imperiosa que da orientação se passou ao «controlo», e deste à direcção efectiva dos Sindicatos pelos órgãos officiais do Estado. Ninguém cuidou de explicar, nem sequer os dirigentes sindicais, a razão de ser nem a urgência de tais medidas. O resultado foi a confirmação das clarividentes palavras do Chefe do Governo: O português não compreendeu. E os sindicatos nacionais já não entusiasma-

Um dia, prégava Cristo às multidões e observou que há três dias o seguiam, já não tendo portanto que comer. Movido de compaixão, mandou-as sentar pelas relvas, e com uma simples palavra operou o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes em tal abundância que todos se saciaram. Não eram mais inteligentes por certo aquêles homens nem possuíam melhor educação política do que o português do nosso século. Contam-nos, porém, os evangelistas que, depois de saciado, todo aquêlo povo se ergueu, querendo à viva força, proclamar seu chefe aquêle homem que assim lhe dava de comer. Cristo teve de fugir para não ser aclamado Rei.

No sub-consciente daquela multidão havia um profundo pensamento político. Quem podia dar de comer, sem mais esforço do que rápida benção sobre o pão, era um político ideal, um rei de maravilha, que realizava plenamente a função do Chefe: cuidar do bem material do seu povo. Este, sem outra escola do que aquêlla do deserto, tinha compreendido.

Poderá a Nação portuguesa, seguindo os conselhos do seu actual e providencial Chefe, libertar-se da doença quasi secular que vai minando o seu organismo, e realizar o milagre da união do povo com os seus dirigentes? O milagre da mútua compreensão?

Se houver quem reparta o pão da justiça e da verdade em bocadinhos assimiláveis pela alma simples do povo, Portugal redimir-se-á. Se ninguém o quizer fazer, que ao menos os da chamada classe dirigente procedam de maneira que o povo entenda sem mais explicações.

Também assim se operará o milagre.

ABEL VARZIM

U

tec
An
gla
de
«U
tes
a
gu

gre
ses
igu
na
das

Al
sa

Q
M